



**ALOCUÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA KAY RALA XANANA GUSMÃO
CHEFE DA EQUIPA DE NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO PARA A DELIMITAÇÃO
DEFINITIVA DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS
E PESSOA EMINENTE DO G7+**

**9ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS
HUMANOS**

“Libertar Todo o Potencial da Sociedade Civil”

**Sessão Plenária 1: A Fundação – A Declaração Universal dos Direitos Humanos das
Nações Unidas**

“Direitos Humanos para a Independência e Democracia”

**Western Sydney University
Sydney, Austrália
27 de novembro de 2018**

Dr Sev Ozdowski AM, Diretor para a Equidade e Diversidade, *Western Sydney University*

Professor Scott Holmes, Vice-Reitor e Presidente em exercício da *Western Sydney University*

Sr. Chris Moraitis PSM, Secretário do Governo Australiano do Departamento do Procurador-Geral

Sra. Cynthia Veliko, Representante Regional do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos no Sudeste Asiático

Excelências

Senhoras e senhores,

Gostaria de agradecer a benevolência do convite por parte dos organizadores para participar neste evento. Gostaria ainda de dirigir um agradecimento especial ao meu caro amigo Dr Sev Ozdowski que, para além de ser um notável filantropo, é um excecional anfitrião.

Venho, como sabem, de um país que sofreu graves violações de direitos humanos e que é, agora, uma jovem democracia. Com os desafios próprios dos seus 16 anos, Timor-Leste está ainda numa fase de construção e consolidação do Estado e da Nação e, como tal, nós, os timorenses, vamos observando com atenção tudo aquilo que se passa no mundo, também numa espécie de aprendizagem.

Sobrevivemos aos tempos da resistência, com a esperança de encontrar uma Nova Ordem Internacional, como foi apregoado por muitos naqueles tempos, de solidariedade em detrimento da agressão, de cooperação entre as nações e o tratamento justo das pessoas. E, no entanto, vivemos tempos conturbados, com ameaças reais à estabilidade global e a crescente desconfiança nas instituições políticas e democráticas.

O que nos é exigido para contribuirmos para um mundo melhor, para a salvaguarda e promoção de direitos humanos para a democracia, para a justiça e

para o desenvolvimento de sociedades tolerantes e pacíficas, depende, em grande medida, da própria natureza humana.

E o que se passa no mundo de hoje? Será que podemos dizer que assistimos a um enfraquecimento dos direitos humanos? E, como tal, estarão as democracias em crise? O que poderemos fazer para educar as nossas sociedades, sobretudo os mais jovens, para uma cultura de direitos humanos? O que poderemos fazer para melhorar os próprios seres humanos, sobretudo naqueles que, contra a sua própria natureza, preferem a radicalização e o extremismo?

Neste mundo globalizado, infelizmente só ouvimos, porque produzem repercussões inevitáveis, discursos de ódio e de incitação à violência, vemos e sentimos a difusão do desprezo pelo outro, pela diferença... pelas minorias. Mesmo os países que aparentam ter as democracias mais consolidadas do mundo, crescem assustadoramente de forma desigual, deixando de fora precisamente aqueles que mais precisam. Nestes países, os principais exportadores de “especialistas em direitos humanos”, vemos também aumentar, perigosamente, casos de violações dos direitos humanos: corrupção, discriminação, racismo, xenofobia, ódio, violência e muitas outras paixões mortais.

As mensagens dos líderes políticos mundiais provocam cada vez mais o sentimento de desconfiança e o descrédito numa ordem internacional que dê segurança às populações: segurança económica, segurança alimentar, segurança ambiental e segurança física.

Se viver em segurança e com dignidade é a pedra angular dos direitos humanos fundamentais, os tempos de hoje são antes dominados pelo medo e pelo ódio. E com o aumento dos conflitos sociais, as sociedades entram em modo de crise. E face à instabilidade, ao desemprego, à violência e ao medo do outro, o ser humano passa a reagir quase de uma forma sistemática, como que numa luta contra a injustiça, de que a pessoa ou os seus semelhantes estão sujeitos.

Estamos perante uma situação em que a solidariedade, a cooperação e o próprio bastião dos direitos humanos vacilam. A afluência de milhões de migrantes para a Europa, à procura de segurança e dignidade, é um atualíssimo e óbvio

exemplo desta triste realidade. Tragicamente, vemos muitas pessoas – incluindo crianças – a morrerem enquanto tentam atravessar o mar mediterrâneo.

Na Expo Milão, em 2015, fui convidado por uma Comissão da União Europeia para falar sobre o tema: “Direitos humanos, direito à alimentação, direito à terra... o que está a faltar?” Abordei a questão, com referência aos migrantes para a Europa, e coloquei a resposta como o que falta é a paz! Estes migrantes que tinham terra em abundância, mas estavam a fugir da guerra, que os grandes decisores do mundo promovem, ironicamente, para a instalação da democracia e dos direitos humanos.

Vejamos a guerra no Iraque, promovida pelo Ocidente. Mais de uma década de guerra, com muitos sofrimentos e... nem uma sustentável democracia nem um paraíso de direitos humanos. Vejamos a Síria, pela democracia e direitos humanos, sustenta-se uma guerra, para fomentar o divisionismo na sociedade e prolongar o conflito. Vejamos o Líbano, fala-se de paz em conferências de imprensa de manhã e à tarde, assinam-se acordos de bilhões de dólares de venda de armas, apontadas para os milhões que estão a padecer de fome, de doença e sem abrigo!

A “primavera árabe”, saudada pelo Ocidente, não foi uma varinha mágica para a democracia e direitos humanos.

Também represento um grupo de países chamado ‘g7+’, uma associação voluntária de países afetados por conflitos e fragilidades que atualmente compreende 20 Estados membros provenientes da África, Ásia, Pacífico e Caraíbas.

O g7+ foi fundado em 2010, em Díli, para servir de plataforma para os países membros alcançarem a paz e estabilidade duradouras, através da promoção do diálogo e da reconciliação, defendendo soluções apropriadas à realidade de cada um dos nossos países e facilitando a partilha de experiências entre nós. O voluntarismo, a solidariedade e a cooperação são os três compromissos fundamentais que nos mantêm unidos, apesar das nossas singularidades.

Sabemos, todavia, que a paz e a proteção dos direitos humanos nestes países não são viáveis enquanto os egos não forem superados. Enquanto os

próprios líderes não governarem pelo exemplo e com responsabilidade, enquanto o próprio povo não exigir que o interesse nacional seja colocado acima de todo e qualquer interesse particular. No entanto, há que notar que conflitos em muitos dos nossos países, do 'g7+', também se devem à disputa pelo poder e hegemonia de nações mais poderosas. Também se devem aos interesses instalados de grandes corporações multinacionais que fazem tábua rasa dos direitos e liberdades daqueles que não têm voz.

O Afeganistão, que tem sido vítima de uma guerra fria interminável entre as potências da região e, agora o Líbano; temos ainda a Somália, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, a República Centro-Africana, enfim, uma lista demasiado longa e dolorosa, onde a colonização, a guerra civil, a ditadura, e também a cobiça e os interesses externos, ditaram a miséria e a dependência destes povos, apesar do elevado potencial inexplorado dos seus solos e subsolos.

E as missões das Nações Unidas, em muitos desses casos, trazem uma política dispendiosa, de "tamanho único", que ignora o contexto específico de cada país.

É um desafio que exige uma resposta urgente e o envolvimento de todos nós.

Excelências

Senhoras e senhores,

O meu povo conheceu, durante vinte e quatro longos anos, o que é a opressão. E o que nos fez resistir? Foi o sonho coletivo de todo um povo pela independência, pela liberdade e pelos ideais democráticos.

E no processo de reconstrução de um país que nasceu das cinzas, deparámo-nos com o grande desafio de desenvolvimento, desafio comum a muitos países subdesenvolvidos, muitos deles independentes, mesmo décadas antes de Timor-Leste iniciar a sua resistência armada contra a ocupação estrangeira: a construção de instituições democráticas que correspondam às verdadeiras aspirações do nosso povo; a devida resposta às necessidades básicas

da população, tais como comida, habitação, saúde, educação; e, não menos importante, a construção de uma série de infraestruturas básicas.

Os países afetados por conflitos, em situações críticas, podem precisar de uma injeção de fundos para responder às suas demandas nacionais - isso pode ser uma ferramenta para instalar a confiança necessária e promover a paz. Mas isso raramente acontece.

Fui, durante um período, presidente da UNESCAP (Comissão Socioeconómica das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico) e reparei, com tristeza, que a comunidade internacional e as instituições financeiras internacionais não puderam dar resposta aos apelos de muitos países, necessitados de fundos para desenvolverem as suas infraestruturas básicas.

É que, senhoras e senhores, infelizmente, os princípios democráticos, por si só, não enchem barrigas, nem curam doenças. A democracia é isso mesmo, um meio, um meio para atingir o anseio de qualquer ser humano, o de viver em segurança e com dignidade, o qual não pode ser imposto, mas construído a partir de cada contexto e realidade, e com confiança no discernimento do seu próprio povo. Temos vindo, por isso, a construir a nossa própria experiência democrática, a aprender com os nossos próprios erros e a seguir em frente, tentando sempre pôr fim a uma mentalidade de conflito.

Nesta caminhada, compreendemos que éramos apenas um milhão entre outras centenas de milhões de pessoas em todo o mundo que almeja a paz, a estabilidade e a dignidade, mas cuja fragilidade intrínseca nem sempre permite que isto aconteça.

Também Timor-Leste foi abençoado com importantes reservas de petróleo e gás e produzimos café de classe mundial. A afirmação dos nossos direitos soberanos plenos representa mais do que a concretização óbvia da nossa independência política e económica. Trata-se, também, de assegurar que os sacrifícios do nosso povo não tenham sido em vão e a restituição da nossa dignidade e desenvolvimento futuro.

Por essa razão, e esgotadas todas as tentativas de trazer a Austrália para a mesa das negociações, Timor-Leste iniciou, pela primeira vez, o mecanismo de Conciliação Compulsória, sob a égide da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), com vista a ajudar-nos a resolver a nossa longa disputa com a Austrália em torno das fronteiras marítimas.

Tendo iniciado o processo em abril de 2016, assinámos o histórico Tratado sobre Fronteiras Marítimas com a Austrália, a 6 de março deste ano, que não só irá permitir consolidar a soberania da nossa nação, como contribuir para estabelecer um modelo importante para a resolução pacífica de disputas internacionais.

Na sequência da assinatura do Tratado, e também como forma de exercer o nosso direito à estabilidade e prosperidade, concluímos, há dois meses, um acordo com a ConocoPhillips, que se dispôs a vender-nos as suas ações no Greater Sunrise. Ainda na semana passada, no dia 21, fechámos um Acordo de Compra e Venda, com a Shell que também se disponibilizou a vender-nos as suas ações no Greater Sunrise.

Vamos investir em 56,6% das ações na Joint Venture. Este é um marco importante, que nos permitirá trazer o gasoduto para Timor-Leste e, assim, beneficiar a nossa população da exploração dos nossos recursos naturais e desenvolver o nosso país.

O modelo de conciliação das Nações Unidas é sobretudo importante numa altura em que aumentam as tensões geopolíticas a nível mundial em torno de disputas marítimas e, por esta razão, a experiência de Timor-Leste enquanto país pequeno, frágil e em vias de desenvolvimento, que confrontou um vizinho marítimo grande e poderoso, mostra a necessidade de apoiar países em vias de desenvolvimento para promover a igualdade de acesso aos mecanismos jurídicos internacionais para a resolução de disputas marítimas.

Estamos, como tal, em discussão com uma série de países que partilham esta visão para a criação de um *Trust Fund* internacional e independente. Este Fundo irá apoiar financeiramente, legalmente e tecnicamente os países em desenvolvimento a resolver as suas disputas marítimas. Estamos a planear lançar o

Trust Fund no próximo ano, por altura do 25º aniversário da CNUDM. Timor-Leste já disponibilizou simbolicamente 250.000 mil dólares, enquanto semente para a angariação de fundos para esta iniciativa.

Como sabemos, apesar de todas as nações serem iguais perante a Lei, nem todas as nações têm igual acesso ao sistema jurídico internacional. Acreditamos que, com um espírito solidário, é sempre possível fazer melhor, auxiliar aqueles que mais precisam e levar assim a justiça a todos os confins do mundo, e isto não é mais do que defender e preservar o mais elevado paradigma dos direitos humanos.

Senhoras e senhores,

Muitos são os desafios que Timor-Leste ainda tem pela frente para a consolidação de um Estado democrático.

Com uma população maioritariamente jovem, onde mais de metade da população tem menos de 20 anos, há uma grande pressão para a entrada destes jovens no mercado de trabalho, muitas vezes sem as necessárias qualificações. Estes jovens, o futuro da nação, são a nossa grande aposta e a sua formação e educação, o nosso maior desafio!

É por isso tão premente para nós a implementação do nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, plano este que pretende diversificar a economia, desenvolver o nosso capital humano e fazer crescer o nosso país de forma sustentável.

A par e passo, temos ainda que ir investindo no combate à iliteracia política e cívica dos nossos jovens. Queremos construir uma sociedade civil crítica e responsável, que monitorize e ajude as nossas instituições democráticas a um melhor desempenho. E este papel não cabe só ao Estado! O Estado, sim, tem que saber orientar as suas instituições, mas estas e todos os grupos políticos e sociais da nação, têm que saber orientar os seus filhos, a assumir um carácter de entrega ao trabalho, um comportamento social mais solidário, uma atitude participativa e responsável e uma mentalidade inclusiva e democrática.

A educação para os direitos humanos tem que começar a partir das escolas, nos nossos trabalhos, ou seja, em todas as esferas da vida pública, social e privada. E esta é a esperança para a democracia: que seja possível educar em verdadeira liberdade e no pluralismo de ideias.

Em 2017, Timor-Leste foi considerado o país mais democrático do Sudeste Asiático, segundo uma avaliação independente do *The Economist*. Este estudo considera os processos eleitorais, o pluralismo, as liberdades e garantias, a participação e cultura políticas e o funcionamento das instituições.

Esta menção é honrosa para Timor-Leste, mas, se pensarmos bem, não é totalmente surpreendente. Afinal de contas, a independência, a democracia e a paz foram conquistadas a pulso, com muito sacrifício, e há bem pouco tempo!

Há menos de duas décadas, a grande maioria do nosso povo, numa magnífica demonstração de consciência democrática, foi às urnas, enfrentando um clima de intimidação e violência, para votar pela independência. E ainda assim, os nossos jovens já começaram a esquecer... a esquecer os sacrifícios dos seus pais e avós pela independência, a esquecer que a vivência democrática não se substitui ao dever que cada cidadão tem para com o seu país. E prova disto mesmo é constatar que a abstenção tem vindo a aumentar nos últimos momentos eleitorais, sobretudo por parte dos jovens, precisamente quando começam a votar, pela primeira vez, os filhos de Timor já independente.

É, como tal, urgente uma maior educação histórica sobre os sistemas políticos, internos e externos, sobretudo para os jovens que não conheceram o desrespeito pelos seus direitos, os que não conheceram contextos autocráticos, os que não viveram em regimes antidemocráticos.

É importante chamar os jovens à participação política, a um maior conhecimento e envolvimento nos processos democráticos. É fundamental transmitir desde cedo que cada um de nós tem um papel fundamental a desempenhar para a promoção dos direitos e liberdades individuais e coletivas e, sobretudo, tem deveres perante essa mesma liberdade e direitos coletivos. Já dizia John Kennedy: "Não

perguntas o que a tua Pátria pode fazer por ti. Pergunta o que tu podes fazer por ela!” Eu acrescentaria, pergunta o que tu podes fazer pela humanidade!

A nossa nova luta comum é, por isso, educar! Uma educação que seja humanista, uma educação para a aceitação, para a igualdade na diferença e para o respeito. Uma educação que vá muito além da educação formal e que esteja adequada à realidade, uma educação para a liberdade e justiça para todos e não uma educação manipulada que protege os interesses de uns poucos. É, por isso, que as Universidades devem dar um papel preponderante à educação da cidadania – um bom cidadão, de um país, pode e deve ser um bom cidadão do mundo!

Senhoras e senhores,

A democracia vive dos direitos humanos. Os direitos humanos vivem da aceitação e inclusão do ser diferente ou do pensar diferente. Ser e pensar em liberdade, em justiça e em paz, está ao alcance de todas as nações e povos do mundo, através do ensino e da educação.

Uma educação que leve em conta as mudanças globais das últimas décadas e que atue em duas frentes distintas: renovar as instituições e as mentalidades políticas ao nível interno, reforçando assim a confiança das pessoas nas instituições, mas, também, uma renovação da postura dos países na forma como atuam regional e globalmente, incluindo um maior respeito perante o direito internacional.

Se a perceção da transformação da política em negócio mata a democracia, a supremacia económica e militar ataca os direitos e a própria existência humana.

Agir positivamente para um futuro melhor para todos, é o desafio comum que irá definir o destino da humanidade. É possível fazer melhor, pelos outros e por nós mesmos!

Todos nós temos um importante papel, individual e coletivo, a desempenhar para o “advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e crer, libertos do terror e da miséria”, que foi proclamado como a mais alta inspiração do Homem.

Só assim poderemos concretizar um sonho antigo que uniu, há 70 anos, as nações do pós-guerra, em torno da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e aspirar a um mundo justo, pacífico e humanizador.

Foi recentemente celebrado, na Europa, o Centenário do Armistício.

Vamos todos comungar a esperança de que, daqui a 30 anos, se possa celebrar a verdadeira Nova Ordem Internacional, onde não haverá cenários de pós-guerra e onde a Paz e os Direitos Humanos sejam uma realidade para as gerações vindouras!

Muito obrigado.

27 de novembro de 2018
Kay Rala Xanana Gusmão